



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008189-08.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente: **Lyda Patricia Sabogal Paz**
Requerido: **Lorenzetti S/A Industrias Brasileiras Eletrometalurgicas**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que precisou trocar o reparo de uma torneira sua e que soube então que seria indispensável adquirir uma peça denominada "vedação cerâmico T-05", na qual o reparo se inseria.

Alegou ainda que tal expediente representou verdadeira venda casada, de sorte que almeja ao ressarcimento do valor que entende ter pago a mais e desnecessariamente.

O argumento lançado pela ré de que o processo não é útil ou necessário para a finalidade buscada em face do irrisório montante pleiteado pela autora é bastante razoável, mas carece de expresse respaldo legal.

Isso porque como inexistente regra explícita no ordenamento normativo dispondo sobre uma quantia mínima como apta à movimentação da máquina judiciária reputo *venia maxima concessa* que não toca ao Juízo definição dessa natureza.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Alternativa diversa daria margem a interpretações diferentes sobre o mesmo tema, com fixação de importâncias díspares, o que à evidência comprometeria a segurança dos que buscassem amparo à solução de suas pendências.

Em consequência, e tendo como esse papel reservado ao legislador e não ao aplicador da lei, afasto a matéria arguida.

A postulação vestibular não prospera no mérito, contudo.

Com efeito, não extraio dos autos lastro sólido a amparar a tese de que seria possível a venda em separado dos produtos que integram a peça comprada pela autora (o que a ré asseverou a propósito a fl. 19, primeiro parágrafo, não foi contrariado por elementos seguros de convicção), bem como que o reparo trazido à colação custaria o montante "estimado" pela autora.

O ônus sobre a definição precisa dessa importância tocaria à autora e não à ré.

Como se não bastasse, restou positivado que com a compra levada a cabo pela autora os demais produtos passaram a integrar o seu patrimônio, de sorte que ela poderá utilizá-los quando desejar.

A condenação da ré da forma proclamada geraria assim situação inaceitável, pois de um lado a autora receberia de volta o que pagou por produtos que permaneceriam em seu poder, o que não se concebe.

Por tudo isso, a rejeição da pretensão deduzida transparece de rigor.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 02 de setembro de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA